

Quarta-feira, 7 de Junho de 2000

Número 132
3.º SUPLEMENTO

II
S É R I E



DIÁRIO DA REPÚBLICA

3.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Gabinete do Ministro 9824-(6)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 823-B/2000 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral da Direcção-Geral dos Impostos o licenciado Carlos Augusto de Brito Fonseca, gestor tributário do quadro de pessoal da DGCI.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese)

1 — Dados pessoais:

Nome: Carlos Augusto de Brito Fonseca;
Data de Nascimento: 18 de Dezembro de 1946;
Naturalidade: São Jacinto, Aveiro.

2 — Habilitações académicas:

Licenciado em Economia;
Pós-graduado em Auditoria Tributária.

3 — Actividade profissional:

Ingresso na DGCI em 1976, com a categoria de técnico economista de 2.ª classe;
No quadro de pessoal técnico superior da DGCI tem actualmente a categoria de técnico economista assessor principal, tendo requerido, no corrente ano, a sua transição para a categoria de gestor tributário;
Desempenhou de 1986 a 1992 cargos dirigentes na DGCI e nesse período foi membro da delegação portuguesa às reuniões do grupo de trabalho n.º 8 do Comité de Assuntos Fiscais da OCDE;
De 1992 a 1996 exerceu o cargo de vogal do conselho de administração dos Portos de Sesimbra e Setúbal;
Exerce o cargo de subdirector-geral da DGCI para a área da inspecção tributária, desde 1 de Julho de 1996 e nessa qualidade é um dos representantes da DGCI na UCLEFA.

4 — Outros elementos:

Foi membro de diversas comissões e unidades de gestão em diversas áreas da Administração Pública;
Participou como formador em diversos cursos, nomeadamente de dirigentes, no âmbito da administração fiscal;
Integrou missões do Ministério das Finanças em acções preparatórias de cooperação com Angola e São Tomé e Príncipe;
Participou em diversos cursos, estágios e seminários no País e no estrangeiro nos domínios do planeamento, do controlo de gestão e do controlo fiscal;
É membro do painel de especialistas não residentes da Divisão de Assuntos Tributários do Fundo Monetário Internacional (FMI), desde 1992.

Despacho n.º 11 823-C/2000 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral da Direcção-Geral dos Impostos o licenciado Alberto Augusto Pimenta Pedroso, gestor tributário do quadro de pessoal da DGCI.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

1 — Dados biográficos:

Nome: Alberto Augusto Pimenta Pedroso;
Data de Nascimento: 7 de Agosto de 1944;
Naturalidade: freguesia de Barbudo, concelho de Vila Verde, Distrito de Braga.

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1989.

3 — Habilitações profissionais — curso de Administrador Tributário, concluído em 1980.

4 — Situação profissional:

Aspirante provisório na Repartição de Finanças de Fafe (de 21 de Setembro de 1963 a 2 de Janeiro de 1964);

Aspirante provisório na Repartição de Finanças de Carrizada de Ansiães (de 5 de Fevereiro de 1964 a 22 de Fevereiro de 1965);

Aspirante de finanças na Repartição de Finanças de Gondomar (de 3 de Março de 1965 a 10 de Janeiro de 1966, data em que interrompeu para cumprimento do Serviço Militar Obrigatório até 1 de Abril de 1969);

Aspirante de finanças na Repartição de Finanças de Braga (de 2 de Abril a 12 de Dezembro de 1969);

Secretário de finanças de 3.ª classe na Repartição Central de Finanças de Lisboa (de 13 de Dezembro de 1969 a 11 de Junho de 1974);

Secretário de finanças de 2.ª classe na Repartição Central de Finanças de Lisboa (de 12 de Junho de 1974 a 29 de Outubro de 1978);

Secretário de finanças de 1.ª classe e chefe da Repartição de Finanças do 10.º Bairro Fiscal de Lisboa (de 30 de Outubro de 1978 a 18 de Dezembro de 1980);

Administrador tributário/director de finanças/representante da Fazenda Pública junto do 6.º Juízo do Tribunal das Contribuições e Impostos de 1.ª Instância de Lisboa (de 19 de Dezembro de 1980 a 17 de Setembro de 1985);

Director de serviços de Justiça Fiscal, desde 18 de Setembro de 1985, até à posse no cargo de Director de Serviços de Justiça Tributária (acumulando até 1988 a 5.ª Direcção de Serviços — Imposto de Transacções — e a Representação da Fazenda Pública no Tribunal de Contribuições e Impostos de 2.ª Instância em todo o período);

Director de serviços de Justiça Tributária, com início de funções em 3 de Março de 1994 (acumulando a representação da Fazenda Pública junto do Tribunal Tributário de 2.ª Instância), até 6 de Março de 1995;

Subdirector-geral na área da justiça tributária, desde 6 de Março de 1995 até 1 de Maio de 2000, data a partir da qual passou a exercer funções em regime de gestão (entrada em vigor da nova Lei Orgânica da DGCI).

5 — Outras actividades profissionais — Monitoragem de vários cursos de formação profissional, integração em vários grupos de trabalho na área de processo tributário e RJIFNA, membro de júri de vários concursos e membro da comissão executiva da UCLEFA.

Despacho n.º 11 823-D/2000 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral da Direcção-Geral dos Impostos o licenciado Elder Carlos de Sousa Fernandes, assessor principal do quadro de pessoal da DGCI.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

1 — Dados biográficos:

Nome: Elder Carlos de Sousa Fernandes;
Data de nascimento: 23 de Setembro de 1939;
Naturalidade: Angola.

2 — Habilitações académicas:

Licenciado em Ciências Sociais e Políticas;
Curso de pós-graduação em Ciências Políticas.

3 — Situação profissional actual — subdirector-geral da Direcção-Geral dos Impostos, em regime de gestão corrente, responsável pelas áreas de gestão de recursos humanos, de formação e de gestão financeira (desde 1996).

4 — Funções anteriores na Administração Pública:

Secretariado para a Reforma Administrativa e Secretariado da Administração Pública (de 1970 a 1974);

Director de serviços de Gestão dos Recursos Humanos e de Organização, da Direcção-Geral dos Impostos (de 1974 a 1989);

Assessor principal da carreira técnica superior (Direcção-Geral dos Impostos — de 1989 a 1995);

Consultor do Secretário de Estado da Administração Pública (1979);

Adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (1995-1996).

5 — Funções docentes:

Docente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;
Colaborador do Instituto Nacional de Administração (formador em cursos da área da Gestão dos Recursos Humanos).

6 — Missões de cooperação nos PALOP:

Angola (1980 e 1992);
São Tomé (1985 e 1998).

7 — Missões de estudo:

Estudo de Administrações Europeias (Bélgica, França, Espanha e Itália, entre 1970 e 1974, através da cooperação técnica da OCDE);
Estudo das administrações fiscais francesa e belga (1989);
Estudo da administração fiscal espanhola (1989 e 1994).

Despacho n.º 11 823-E/2000 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral da Direcção-Geral dos Impostos José Rodrigo de Castro, gestor tributário do quadro de pessoal da DGCI.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

1 — Dados pessoais:

Nome: José Rodrigo de Castro;
Data de Nascimento: 19 de Junho de 1944;
Naturalidade: Linhares, Carraceda de Ansiães, Bragança.

2 — Habilitações académicas — frequência do 5.º ano de Direito.
3 — Formação complementar:

Curso de Administração Tributária;
Curso para dirigentes da Administração Pública — INA/Fundação Getúlio Vargas;
Curso para dirigentes sobre modernas técnicas de gestão;
Seminário para dirigentes superiores da DGCI sobre a administração fiscal e o contribuinte;
Seminário para dirigentes superiores da DGCI sobre a reforma da tributação do rendimento;
Seminário das finanças sobre o mercado interno comunitário;
Seminário sobre a gestão do tempo do gestor.

4 — Actividade profissional:

Aspirante de finanças — 26 de Fevereiro de 1965;
Secretário de finanças de 3.ª classe — 11 de Março de 1970;
Secretário de finanças de 2.ª classe — 2 de Setembro de 1972;
Técnico verificador tributário de 2.ª classe — 12 de Junho de 1974;
Secretário de finanças de 1.ª classe — 30 de Outubro de 1978;
Técnico-verificador de 1.ª classe — 30 de Outubro de 1978;
Supervisor tributário — 27 de Maio de 1982;
Chefe de Divisão do 1.º Serviço de Fiscalização Geral do Departamento dos Serviços Distritais de Fiscalização Tributária de Lisboa — 1984-1985;
Director de Serviços da 2.ª Direcção de Serviços, área do imposto profissional e complementar — de 1985 a 1988.

Subdirector-geral dos Impostos desde 6 de Junho de 1988 nas seguintes áreas:

Imposto profissional e complementar — de 1988 a 1990;
Recursos humanos — de 1988 a 1990;
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — 1990-2000;
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — 1995-2000.

5 — Outras actividades — grupos de trabalho mais relevantes:

Introdução da tributação da função pública;
Revisão da tributação do IRS.

Despacho n.º 11 823-F/2000 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral da Direcção-Geral dos Impostos José João Duarte, gestor tributário do quadro de pessoal da DGCI.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese)

1 — Identificação:

Nome: José João Duarte;
Naturalidade: Marmeleite, Monchique;
Data de Nascimento: 23 de Novembro de 1935;
Estado Civil: casado.

2 — Habilitações literárias: curso complementar dos liceus.

3 — Situação profissional:

Em 29 de Junho de 1964 foi nomeado aspirante contratado na Repartição de Finanças do Concelho de Silves;
De 22 de Dezembro de 1969 a 18 de Dezembro de 1980 exerceu cargos de chefia em repartições de finanças de 3.ª, 2.ª e 1.ª classes;
De 19 de Dezembro de 1980 a 27 de Maio de 1985 exerceu o cargo de director de serviços;
Em 19 de Dezembro de 1980 foi nomeado administrador tributário (actual gestor tributário);
De 28 de Maio de 1985 até à presente data exerce o cargo de subdirector-geral dos Impostos.

4 — Outras actividades desenvolvidas:

Coordenou os seguintes grupos de trabalho (GT):

GT que em 1989 elaborou o anteprojecto do Código das Avaliações;
GT que procedeu ao balanço da aplicação do Imposto sobre as Sucessões e Doações e que formulou propostas alternativas;
GT que elaborou o anteprojecto do Código do Imposto do Selo;
Foi membro das seguintes comissões:
Comissão de reforma da tributação do património (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1997);
Comissão encarregada de elaborar o anteprojecto da lei geral tributária (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 27 de Junho de 1997).

5 — Formação Complementar: frequentou vários cursos e participou em diversos seminários nacionais e internacionais, cujos temas se relacionaram com a tributação e avaliação da propriedade imobiliária.

Despacho n.º 11 823-G/2000 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirectora-geral da Direcção-Geral dos Impostos a bacharel Maria Angelina Tibúrcio da Silva, gestora tributária do quadro de pessoal da DGCI.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Angelina Tibúrcio da Silva;
Data de nascimento: 5 de Março de 1953;
Naturalidade: Espinho.

2 — Habilitações académicas: curso de Contabilidade do extinto Instituto Comercial do Porto, com o grau de bacharel.

3 — Currículo profissional:

De 2 de Maio de 1977 até 1 de Fevereiro de 1984, funções na Fiscalização Tributária da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, tendo também exercido, a partir de 1982, funções como monitora de cursos do IVA a funcionários daquela Direcção-Geral e a operadores económicos;
A partir de 1 de Fevereiro de 1994, funções no núcleo do IVA, tendo colaborado nos vários estudos e diplomas da implementação do imposto sobre o valor acrescentado;

De Outubro de 1987 até Julho de 1992, funções de chefe de divisão na Direcção de Serviços de Concepção e Administração do IVA;

De 22 de Julho de 1992 a 3 de Fevereiro de 1994, directora de finanças da Direcção de Serviços de Concepção e Administração do IVA;

Actualmente, e desde 3 de Fevereiro de 1994, exerce o cargo de directora de serviços na Direcção de Serviços do Imposto sobre o Valor Acrescentado da Direcção-Geral dos Impostos; Desde 1987, delegada de Portugal no Conselho da UE (Grupo das Questões Financeiras — IVA) e na Comissão da UE no âmbito do Grupo de Trabalho n.º 1 e no Comité IVA; Desde 1995, delegada de Portugal na OCDE no Grupo de Trabalho sobre Tributação do Consumo;

Delegada de Portugal na conferência realizada pela OCDE, sobre o comércio electrónico, Turku, Finlândia, Outubro de 1997; Delegada de Portugal na Conferência realizada pela OCDE, sobre o comércio electrónico, Otava, Canadá, Outubro de 1998.

Despacho n.º 11 823-H/2000 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral da Direcção-Geral dos Impostos o licenciado João Ribeiro Elias Durão, gestor tributário do quadro de pessoal da DGCI.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

1 — Identificação:

Nome: João Ribeiro Elias Durão;
Data de nascimento: 8 de Setembro de 1952;
Naturalidade: Flor da Rosa.

2 — Habilitações académicas:

Curso de contabilista do Instituto Comercial de Lisboa;
Licenciatura em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

3 — Actividade profissional:

Ingresso na DGCI como técnico-verificador tributário, em 1977;
Nomeado perito de fiscalização tributária, em 1982;
Nomeado perito de fiscalização tributária, em 1984;
Nomeado supervisor tributário, em 1987;
Chefe da Divisão de Concepção da Direcção de Serviços do IRC, de 1990 a 1997;
Director de serviços da Contribuição Autárquica, desde 1997;
Chefe de gabinete do director-geral dos Impostos, de 1997 a 2000;
Nomeado gestor tributário, em 2000.

4 — Outras actividades:

Assistente universitário;
Membro da comissão de revisão do IRC.

5 — Obras publicadas: co-autor da *Guia dos Impostos em Portugal*.

Despacho n.º 11 823-I/2000 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral da Direcção-Geral dos Impostos José Alexandre de Campos Cruz, gestor tributário do quadro de pessoal da DGCI.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

Identificação:

Nome: José Alexandre de Campos Cruz;
Data de Nascimento: 30 de Maio de 1946;
Estado Civil: casado.

Cargo actual:

Director de serviços da Direcção de Serviços de Cobrança do IVA, desde 20 de Abril de 1989;
Membro do conselho coordenador da DGITA (representante da DGCI);

Membro da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamental (representante da DGCI).

Categorias/cargos desempenhados:

1) Na administração fiscal de Moçambique:

Aspirante, interino, de 23 de Setembro de 1965 a 13 de Julho de 1966, fiscal de imposto, interino, de 14 de Julho de 1966 a 8 de Janeiro de 1969, terceiro-oficial, de 9 de Janeiro de 1969 a 15 de Junho de 1972, segundo-oficial, de 16 de Junho de 1972 a 2 de Junho de 1974, secretário de finanças de 2.ª classe, de 3 de Junho de 1974 a 1 de Abril de 1976, chefe de repartição de 1.ª classe, de 2 de Abril a 3 de Novembro de 1976, e técnico verificador de 1.ª classe, de 4 de Novembro de 1976 a 15 de Julho de 1977;

2) Na Direcção-Geral dos Impostos:

Secretário de finanças de 2.ª classe, de 30 de Outubro de 1978 a 30 de Abril de 1981, técnico-verificador de 1.ª classe, de 30 de Outubro de 1978 a 29 de Abril de 1981, perito de fiscalização tributária de 1.ª classe, de 30 de Abril de 1981 a 23 de Fevereiro de 1988, supervisor tributário, desde 24 de Fevereiro de 1988, e chefe de divisão, Divisão do Processamento Administrativo da Cobrança do IVA, de 12 de Abril de 1986 a 19 de Abril de 1989.

Participação em grupos de trabalho ou eventos promovidos por administrações tributárias:

- 1) De 1984 a 1986, integrou o Núcleo do IVA (núcleo responsável pela implementação administrativa do IVA em Portugal);
- 2) Integrou o grupo de trabalho que executou todo o trabalho de concepção do sistema informático do IVA (de 1984 a 1988);
- 3) Colaborou na concepção do sistema VIES (sistema de controlo das operações intracomunitárias), tendo em 1992 e 1993 integrado o grupo de trabalho que funcionou em articulação com o subcomité técnico respectivo (Bruxelas);
- 4) Colaborou em 1997 no projecto PNAFE (Programa Nacional para a Modernização da Administração Fiscal dos Estados Brasileiros), colaboração que terminou com a apresentação de um trabalho sobre o sistema integrado de controlo de operações interestaduais na 86.ª reunião ordinária do CONFAZ, realizada em Palmas (Brasil);
- 5) Coordenador do grupo de trabalho criado para a implementação do cartão electrónico (*chip card*);
- 6) Coordenador do grupo de trabalho (DGCI/DGITA) que tem cooperado com a administração tributária de Moçambique na implementação do IVA nesse país.

Despacho n.º 11 823-J/2000 (2.ª série). — O licenciado Pedro Amorim de Sousa Moniz possui grande experiência profissional alicerçada no exercício de diversos cargos dirigentes na Administração Pública e em empresas privadas, no domínio do planeamento, finanças e gestão de recursos.

Assim sendo, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo o licenciado Pedro Amorim de Sousa Moniz, assessor principal do quadro do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

Nome: Pedro Amorim de Sousa Moniz.

Data de Nascimento: 22 de Fevereiro de 1949.

Habilitações literárias — licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia, em 1979.

Situação na carreira — economista assessor principal do quadro do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (antiga Junta Autónoma de Estradas).

Funções exercidas:

Técnico superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da Junta Autónoma de Estradas, de Julho de 1979 a Janeiro de 1987, onde desempenhou funções de acompanhamento dos planos de investimento e dos projectos com financiamento externo;
Chefe de divisão no Departamento Central de Planeamento (Ministério do Planeamento e da Administração do Território)

rio), de Fevereiro de 1987 a Agosto de 1990, sendo responsável pelo controlo orçamental dos investimentos públicos em infra-estruturas integrados no PIDDAC;

Subdirector-geral na Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (Ministério da Justiça), de Agosto de 1990 a Agosto de 1993, onde teve a seu cargo a coordenação das áreas de instalações, financeira e administrativa e de informatização dos serviços;

Director de serviços de Transportes Externos, Circulação e Tráfego na Parque EXPO'98, S. A., de Agosto de 1993 a Dezembro de 1998, onde foi responsável pelas acessibilidades à Exposição Mundial de Lisboa de 1998, incluindo a elaboração dos estudos e projectos e a realização de obras de construção e remodelação da rede viária, bem como a implementação do sistema de transportes que serviu a EXPO'98.

Outras funções exercidas:

Representante do Ministério do Planeamento e da Administração do Território no Comité da Habitação, Construção e Planificação da Comissão para a Europa da Organização das Nações Unidas (CEE/ONU);

Representante do Ministério do Planeamento e da Administração do Território na Comissão de Análise e Estudos de Conjuntura e Acompanhamento de Legislação do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares;

Representante da secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional no grupo de trabalho para a elaboração da estratégia nacional de conservação da natureza;

Representante da Parque EXPO'98, S. A., na Comissão para o Desenvolvimento das Acessibilidades Rodo-Ferroviárias da Frente Portuária de Santa Apolónia;

Representante da Parque EXPO'98, S. A., na Comissão Coordenadora dos Transportes e Acessibilidades à EXPO'98.

Despacho n.º 11 823-L/2000 (2.ª série). — O licenciado António Manuel Correia Valente, funcionário aduaneiro, detentor de profundos conhecimentos nessa área, tem vindo a desempenhar funções de subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, reunindo condições privilegiadas para o exercício do respectivo cargo.

Assim sendo, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo o licenciado António Manuel Correia Valente, reverificador da carreira técnica superior aduaneira.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

António Manuel Correia Valente nasceu em 21 de Março de 1948, sendo natural da freguesia de Vila Verde de Ficalho, Serpa.

Possui como habilitações académicas a licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em Outubro de 1979.

Principais funções desempenhadas:

Reverificador da carreira técnica superior aduaneira, por despacho do director-geral das Alfândegas de 27 de Setembro de 1993;

Chefe da Divisão de Informação, por despacho do subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento de 5 de Outubro de 1993;

Subdirector-geral, por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de 4 de Abril de 1996;

Delegado substituto da DGAIEC no Centro Nacional de Operações de Emergência e Protecção Civil, por despacho do Ministro das Finanças de 9 de Maio de 1996;

Representante da DGAIEC na Unidade Nacional de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes;

Representante da DGAIEC no conselho consultivo da Inspeção-Geral das Pescas, por despacho do director-geral de 13 de Outubro de 1997;

Nomeado membro efectivo da comissão executiva da UCLEFA, por despachos do Ministro das Finanças de 4 de Maio de 1998 e 11 de Março de 2000.

Outras actividades desenvolvidas:

No plano comunitário e internacional:

Representante da DGA na 10.ª reunião do grupo *ad-hoc* de alto nível sobre controlos à exportação de bens e tecnologias duais, realizada em Bruxelas em 29 de Setembro de 1992;

Representante da DGA na reunião sobre controlos à exportação de bens culturais, que teve lugar em Madrid nos dias 10 e 11 de Dezembro de 1992;

Representante da DGA no comité de gestão do SCENT/CIS; Representante da DGA no grupo *ad-hoc* sobre análise de risco, criado no seio do Comité de Política Aduaneira;

Responsável nacional do SCENT/AFIS (Sistema Comunitário de Informação Antifraude);

Representante da DGAIEC no Grupo de Alto Nível sobre a Fraude nos Sectores do Tabaco e do Alcool;

Representante da DGAIEC na XVII, XVIII, XIX e XX reuniões dos directores-gerais das Alfândegas dos países da América Latina, Espanha e Portugal;

Representante da DGAIEC nas negociações entre as administrações aduaneiras portuguesa, francesa e sueca tendentes à elaboração de um programa de trabalho comum às três presidências para o Grupo de Cooperação Aduaneira.

Despacho n.º 11 823-M/2000 (2.ª série). — O licenciado Carlos Alberto de Sousa Granja, funcionário aduaneiro, detentor de profundos conhecimentos nessa área, tem vindo a desempenhar funções de subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, reunindo condições privilegiadas para o exercício do respectivo cargo.

Assim sendo, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo o licenciado Carlos Alberto de Sousa Granja, reverificador-assessor principal da carreira técnica superior aduaneira.

23 de Maio de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

Nome: Carlos Alberto de Sousa Granja.

Idade: 53 anos.

Categoria profissional: reverificador-assessor principal da carreira técnica superior aduaneira.

Formação académica de base: licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, com a classificação de 14 valores.

Actividade profissional na DGAIEC:

Desempenhou funções técnicas nas diferentes áreas de actividade das alfândegas, de 1970 a 1980, e nos serviços centrais, até à presente data;

Neste último período, na qualidade de chefe da Divisão de Origens e Valor Aduaneiro, superintendeu nas áreas de política comercial e relações externas da DGAIEC, em colaboração estreita com os diferentes departamentos de Estado envolvidos, assegurando, em Bruxelas, reuniões internacionais no Conselho e na Comissão da UE, em diversos grupos e comités; Enquanto subdirector-geral para a área aduaneira, desde Junho de 1996, foi nomeado representante da DGAIEC no Centro de Política Aduaneira e no Comité de Gestão Alfândega 2002, ambos da Comissão da UE, foi nomeado coordenador dos Grupos de Trabalho Alfândega 2002 e de Acompanhamento da Presidência Portuguesa da UE no ano 2000, no âmbito da DGAIEC, é presidente da Comissão Interministerial de Simplificação dos Procedimentos nos Portos e é um dos representantes da DGAIEC na UCLEFA.

Outras actividades desenvolvidas:

Coordena todas as acções e os diferentes grupos de trabalho aduaneiros do Conselho da UE, no âmbito da actual Presidência Portuguesa, tendo, na primeira presidência, exercido funções de presidente do Grupo de Questões Económicas; É membro da Eurodouane, onde tem desempenhado acções de formação no quadro do programa PHARE;

É perito do FMI, tendo desenvolvido uma missão em Luanda tendo em visto a criação de um programa de reestruturação das Alfândegas de Angola;

É co-autor dos livros:

Direito Aduaneiro das Comunidades Europeias na Perspectiva da União Europeia, Edições Barbosa & Xavier, L.ª, Braga;

Código Aduaneiro Comunitário Anotado, Edições ASA, documento do IESF n.º 6;

Foi professor do Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, de 1994 a 1996.

Despacho n.º 11 823-N/2000 (2.ª série). — O licenciado António Brigas Afonso tem-se manifestado um distinto funcionário aduaneiro, com comprovada competência e detentor de profundos conhecimentos no domínio dos impostos especiais de consumo.

Assim sendo, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º e dos n.ºs 1, alínea b), 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo o licenciado António Brigas Afonso, revalidador da carreira técnica aduaneira.

2 de Junho de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*.

Curriculum vitae

(síntese biográfica)

Identificação:

Nome: António Brigas Afonso;
Data de nascimento: 18 de Junho de 1955.

Habilitações literárias — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Actividade profissional:

Ingressou na Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, como técnico superior, em 1984, tendo trabalhado na Divisão de Nomenclatura e Política Pautal

e na Divisão do Imposto sobre os Óleos Minerais. Actualmente desempenha as funções de director de serviços dos Impostos sobre o Alcool, as Bebidas Alcoólicas, os Tabacos e o Valor Acrescentado;

Tem representado a DGAIEC em vários comités comunitários, com destaque para o Comité da Nomenclatura e o Comité dos Impostos Especiais de Consumo;

Teve um papel relevante na elaboração dos projectos de diploma que regulamentam os impostos especiais de consumo, tendo integrado a comissão que elaborou o projecto do Código dos Impostos Especiais de Consumo;

Tem vários artigos publicados na revista *Alfândega*, na *Revista dos Quadros Técnicos do Estado* e na revista *Fisco*;

É co-autor do *Código Aduaneiro Comunitário Anotado*, Edições ASA, 1994, *Direito Aduaneiro das Comunidades Europeias na Perspectiva da União Aduaneira — Estudos*, Edições Barbosa & Xavier, L.ª, Braga, 1992, e *Impostos Especiais de Consumo (Legislação Actualizada e Anotada)*, ed. GRAFTEAM — Artes Gráficas, S. A.;

É autor do *Código dos Impostos Especiais de Consumo Anotado e Actualizado*, ed. Rei dos Livros (no prelo);

Tem leccionado os impostos especiais de consumo no Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, na Academia Militar e no ISCTE;

Durante a Presidência Portuguesa da UE, preside ao Grupo de Questões Fiscais do Conselho.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

60\$00 — € 0,30



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 353 03 99 Fax 21 353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 982 69 02 Fax 23 983 26 30
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 205 92 06/22 205 91 66 Fax 22 200 85 79
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070-103 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. 21 387 71 07 Fax 21 353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500-392 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telef. 21 711 11 19/23/24 Fax 21 711 11 21 Metro — C. Militar
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telef. 21 324 04 07/08 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29